

# Aumento de 17% para polícia e bombeiros

DÊNIO SIMÕES

Índice consta de ofício encaminhado ao presidente Lula pelo governador

REGINA BANDEIRA

O governador Joaquim Roriz assinou, ontem, dois pedidos de autorização ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para aumentar em 17% a remuneração dos policiais militares, dos integrantes do Corpo de Bombeiros e dos policiais civis do DF. Com os ofícios, também foi solicitada uma autorização para reestruturar o quadro da PM.

Segundo o governador, serão feitas realocações que permitirão mais mobilidade, além de novas promoções. "A nova estrutura permitirá novas promoções, que antes não eram permitidas por falta de vagas. Ouvíamos críticas de que a estrutura estava engessada", afirmou. Para essa recomposição não estão previstas novas vagas, mas a redistribuição dos cargos.

Se acatadas, as medidas beneficiarão 29.993 mil bombeiros e policiais militares e 7.388 policiais civis, ativos e aposentados. Aprovados, os reajustes deverão ser incorporados já no salário de fevereiro, segundo informou o porta-voz do GDF, Paulo Fona.

Para o secretário de Segurança Pública e Defesa Social, general Athos Costa de Faria, os aumentos fazem parte da política de valorização da segurança pública, implementada pelo GDF. "Valorizar a família desses profissionais – que garantem a segurança da população – é uma atitude de

coerência. Não somos mercenários; precisamos de renda suficiente", defendeu.

Segundo a secretária de Gestão Administrativa, Cecília Landim, o aumento previsto para o segmento será ainda melhor do que o concedido aos policiais federais, em 2004. "Eles receberão em uma única parcela, ao contrário dos policiais federais que tiveram reajuste parcelado em duas vezes", comparou.

**FUNDO** – Os dois ofícios – um referente ao aumento dos policiais militares e bombeiros e outro sobre o reajuste dos policiais civis – devem chegar hoje, à Casa Civil. A autorização é necessária, já que pela Constituição Federal a área de segurança pública é de competência privativa da União. Mas, segundo explicou o governador Roriz, não serão necessários aportes financeiros federais. Isso porque, os recursos para o aumento sairão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

A lei que instituiu o Fundo determina que o aporte de recursos seja corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida da União. E como para este ano, houve variação de 11%, o montante cobrirá os reajustes. A receita total do FCDF para 2005 é de R\$ 4,4 bilhões. Só para a segurança serão destinados R\$ 2,1 bilhões. O restante deverá ser investido em saúde e educação, áreas que também são contempladas pelo Fundo.



Athos Costa, Roriz e Abadia na solenidade de assinatura do ofício que pede também autorização para a reestruturação da PM